

X Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Escuela de Historia de la Facultad de Humanidades y Artes, Universidad Nacional del Rosario. Departamento de Historia de la Facultad de Ciencias de la Educación, Universidad Nacional del Litoral, Rosario, 2005.

Frente única antifascista (FUA): uma experiênciã de luta unitária da esquerda brasileira nos anos 30.

Miguel Tavares de Almeida.

Cita:

Miguel Tavares de Almeida (2005). *Frente única antifascista (FUA): uma experiênciã de luta unitária da esquerda brasileira nos anos 30*. X Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Escuela de Historia de la Facultad de Humanidades y Artes, Universidad Nacional del Rosario. Departamento de Historia de la Facultad de Ciencias de la Educación, Universidad Nacional del Litoral, Rosario.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-006/651>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

FRENTE ÚNICA ANTIFASCISTA (FUA): UMA EXPERIÊNCIA DE LUTA UNITÁRIA DA ESQUERDA BRASILEIRA NOS ANOS 30.

Miguel Tavares de Almeida¹

O ano de 1933 vai marcar uma mudança nas prioridades da ação política da Liga Comunista² que tinha definido, desde o ano de 1931, como sua principal campanha, a convocação de uma Assembléia Constituinte. O fato que determinará esta mudança será o surgimento da Ação Integralista Brasileira (AIB).³

A Liga Comunista definiu o integralismo desde o seu aparecimento entre nós como um movimento fascista, justificando a sua análise com os exemplos do fascismo italiano e do nazismo alemão que, no seu entender, tinham semelhança na ideologia, organização e propósitos:

“Calçada nos modelos italiano e alemão, a Ação Integralista Brasileira tinha como metas principais de suas atividades o anticomunismo e o anti-semitismo, atacando a penetração do capital “semita” estrangeiro mas não o de Berlim e o de Roma. Era furiosamente anticomunista, anti-socialista e, em 1933, já representava certa força capaz de ser considerada como um

¹ Mestre em História Social pela PUC-SP. Doutorando em História Social pela USP.

² Liga Comunista Internacionalista (LCI). Primeira organização trotskista brasileira, fundada em janeiro de 1931 a partir de diversas cisões ocorridas no interior do Partido Comunista do Brasil (PCB).

³ A Ação Integralista Brasileira (AIB), movimento de inspiração fascista mais importante organizado no Brasil, fundado por Plínio Salgado em 1932, tornou-se o primeiro partido nacional com uma organização de massa implantada em todo o país, cuja força política foi estimada, em 1936, entre seiscentos mil e um milhão de adeptos. Embora a primeira manifestação de fascismo nativo tivesse ocorrido em 1922, com a fundação da Legião Cruzeiro do Sul (imitando provavelmente o fascio italiano de 1919 e o Partido Nacional Fascista de Mussolini, estruturado em 1921), a expansão dos movimentos de tipo fascista no Brasil eclodiu sobretudo na década de 1930, com a formação de pequenos partidos e movimentos regionais tais como a Ação Social Brasileira (Partido Nacional Fascista), a Legião Cearense do Trabalho e o Partido Nacional Sindicalista. A Ação Integralista nasceu numa fase de ascensão das idéias autoritárias de direita, a partir do marco político estabelecido pela Revolução de 1930, radicalizando em direção do discurso ideológico fascista as tendências antiliberais difundidas entre amplos setores políticos e intelectuais no contexto pós-revolucionário. A compreensão das condições em que surgiu e implantou-se nacionalmente o integralismo a partir de 1932, ampliando de tal modo suas bases políticas que se tornou uma ameaça eleitoral à sucessão do presidente Getúlio Vargas e o único movimento organizado após a instauração do Estado Novo em 1937 (o que provocaria a sua dissolução um mês depois do golpe de novembro e em resposta o fracassado putsch integralista de março de 1938), supõe uma incursão histórica no período entre as duas guerras mundiais que permitiram inserir o referido movimento na transição da sociedade brasileira de 1920 a década de 1940.

hipotético, mas esperançoso, instrumento de repressão das massas, caso estas dessem provas de voltar-se para soluções mais radicais em suas lutas pelos direitos que lhes eram eternamente negados, e que o getulismo, apesar das promessas feitas nos primeiros meses de sua vitória no movimento de 30, não conseguia e não queria atender. E pretendia transformar-se no braço indispensável da reação e substituir-se ao regime burguês-democrata vigente. Acompanhando a organização nazista, os integralistas criaram milícias armadas, uniformizadas e treinadas para o assalto e destruição dos inimigos de esquerda e de suas organizações. O controle dos centros urbanos, como para os nazistas e fascistas, era considerado essencial como método eficiente para desarticular qualquer possível resistência dos seus adversários”. (ABRAMO, 1984: 11).

A definição do integralismo como um movimento fascista apontava para os trotskistas, a necessidade de se estabelecer uma plataforma de luta e de organização que possibilitasse aglutinar as diversas tendências do movimento operário para se contrapor ao integralismo. A proposta da Liga Comunista será a de construção de uma frente única, agregando todas as organizações operárias que estivessem dispostas a combater o integralismo.

Esta proposta procurava resgatar a luta contra o fascismo travada na Europa, em especial na Alemanha. Para tal foi fundamental trazer para o Brasil a experiência daquele país que, durante o período 1930-1933, foi o local privilegiado da luta contra o fascismo. Trotski, que se dedicou a analisar a situação na Alemanha durante a ascensão do nazismo, produziu um conjunto de documentos em que avaliava os perigos que, em sua opinião, significariam a vitória do nazismo na Alemanha.

O conjunto dos escritos de Trotski sobre a Alemanha foram traduzidos e publicados por Mário Pedrosa⁴ e foram fundamentais para dar a conhecer às esquerdas no Brasil, uma visão alternativa da apresentada pelo governo? do que se passava na Alemanha. O livro causou forte impacto na opinião dos antifascistas e se constituiu no orientador fundamental da política da LCI entre nós (ABRAMO,

⁴ TROTSKI, Leon. Revolução e Contra-revolução na Alemanha. São Paulo, Editora Unitas, 1933.

1984: 14). Nesta obra Trotski fez previsões sobre o desenvolvimento da situação alemã que, infelizmente se tornaram proféticas:

“A tomada do poder pelos “nacional-socialistas” terá como efeito, antes de tudo, a exterminação da elite do proletariado alemão, a destruição de suas organizações; ela lhe tirará toda fé em si mesmo e no seu futuro. Se tomarmos em conta a maior maturidade e a gravidade ainda maior dos antagonismos existentes na Alemanha, a obra infernal do fascismo italiano parecerá provavelmente insignificante; seria uma experiência quase humanitária em comparação com o que poderia fazer o nacional-socialismo alemão”. (TROTSKI, 1977: 31).

Para Trotski, a única maneira de se evitar a vitória do nazismo era a constituição de uma frente única que agregasse as diversas tendências antifascistas:

“A condição do êxito reside, pois no abandono da teoria e da prática do “social-fascismo”,⁵ cuja nocividade se torna perigosa nas condições atuais. A crise social provocará inevitavelmente abalos profundos no seio da social-democracia. A radicalização das massas atuará sobre os operários social-democratas muito antes de eles deixarem de ser social-democratas. Ser-nos-á preciso, inevitavelmente, realizar acordos, contra o fascismo, com as diversas organizações e frações social-democratas, apresentando, diante das massas, condições precisas, aos seus dirigentes”. (TROTSKI, 1977: 58).

No Brasil, por iniciativa da Liga Comunista, através de sua Comissão Executiva, em janeiro de 1933, é feita a proposta de se constituir uma frente comum de luta contra o integralismo. Esta viria a se chamar Frente Única

⁵ “Social-fascismo”. Expressão cunhada durante o VI congresso da Internacional Comunista, realizado em julho de 1928. Segundo esta teoria, a social-democracia se transformara na irmã gêmea do fascismo, devendo por isso ser igualada a ele. Ao igualar a social-democracia ao fascismo a IC, bloqueou qualquer possibilidade de aliança entre os comunistas e os social-democratas, visando combater a ascensão do nazismo. Como consequência desta divisão, Hitler acabou por assumir o poder em 1933. Em função desta derrota sofrida na Alemanha, a IC no seu VII Congresso realizado em julho de 1935, acabou por abandonar esta formulação, adotando como nova estratégia a política das chamadas “frentes populares”.

Antifascista (FUA) (ABRAMO, 1984: 14). Foram convidados para integrar a frente as mais diversas organizações e correntes políticas, sindicatos, partidos de esquerda, anarquistas, socialistas, comunistas e antifascistas, nacionais e estrangeiros.

Para dar maior amplitude e visibilidade à criação da FUA, decidiu-se pela instituição de um órgão de imprensa, que fosse o seu porta voz. Assim, com a colaboração da LCI e do PSB, em 27 de maio foi lançado o jornal *O Homem Livre*. O jornal teve, entre os seus colaboradores, Mário Pedrosa, Lívio Xavier, Aristides Lobo, Goffredo Rossini, Geraldo Ferraz, Miguel Macedo, Lívio Abramo. (ABRAMO, 1984: 15).

No dia 10/06/1933 realizou-se no salão dos gráficos na sede da União dos Trabalhadores Gráficos, a UTG, a comemoração do aniversário do nono assassinato do líder socialista italiano Giacomo Matteotti, na presença de cerca de 500 pessoas. Aristides Lobo em nome da LCI, propôs a formação de uma Frente Única Antifascista. Formou-se então uma comissão preparatória encarregada de estudar “as bases sobre as quais se deveria erguer a Liga Antifascista” (ABRAMO, 1984: 18).

Em 25/06/1933 forma-se a Frente Única antifascista (FUA), em uma reunião realizada no salão da União cívica 5 de julho, com a adesão das seguintes organizações e entidades: Partido Socialista Brasileiro, Grêmio Universitário socialista, União dos Trabalhadores Gráficos, Legião Cívica 5 de Julho, Liga Comunista Internacionalista, Partido Socialista Italiano, jornal *O Homem Livre*, jornal *A Rua*, revista *O Socialista* e o Grupo Itália Libera. (ABRAMO, 1984: 18).

A FUA contou, desde a sua fundação, com a participação das mais diversas correntes, socialistas, tenentistas, trotskistas, anarquistas, o PCB foi a única força política importante que não participou da organização da FUA. Sua ausência deve-se ao fato de que a linha da IC naquele momento era de não aceitar composição de frentes com outras organizações, conforme resolução do seu VI Congresso.

O lançamento da FUA se deu em 14/07/1933, num comício realizado na sede da Lega Lombarda, sob a presidência de Aristides Lobo. Foi divulgado nesta

reunião, o Manifesto da Frente Única Antifascista no qual estão expostos os pontos programáticos do movimento. Em primeiro lugar o documento destaca o caráter internacional deste “fenômeno mundial” que recebe genericamente o nome de fascismo e da necessidade de se unirem em uma luta antifascista que, em São Paulo, estaria coligando partidos políticos, sindicatos e organizações jornalísticas que reafirmavam nesta luta, as liberdades sociais sem restrições:

“No instante épico em que as massas populares de todos os países, sacudidas pelo desespero de uma crise econômica sem exemplo, se lançam denodadamente à luta contra os seus opressores, as forças reacionárias que constituem a reserva política da classe detentora do poder procuram destruir todas as conquistas da liberdade e da democracia, organizando tropas mercenárias recrutadas entre os elementos desclassificados da escória social, com o fim de transformar toda a organização governamental num sistema de banditismo especialmente destinado a arrancar do povo todos os recursos de luta e de defesa. Para opor uma barreira de resistência a esse fenômeno mundial que obedece ao denominador comum de FASCISMO; é que se coligaram em São Paulo todos os partidos políticos, sindicatos operários e organizações jornalísticas, que continuam a sustentar, nas linhas de seus programas, a reivindicação da mais ampla liberdade de pensamento, reunião, associação e imprensa, sem restrições de qualquer natureza”.⁶

No manifesto podemos verificar que aparece uma caracterização do fascismo. Movimento em que as classes dominantes mobilizam os setores desclassificados (lumpen proletários), com a formação de tropas de choque, brigadas, para reprimir os trabalhadores que lutam por seus direitos. Uma caracterização bem próxima da definição de Trotski quando este descreveu o fascismo:

“Por meio das agências fascistas, o capitalismo põe em movimento as massas da pequena-burguesia, do lumpen-proletariado, degradado e desmoralizado, todos os enumeráveis

⁶ “Manifesto da Frente Única Antifascista ao povo do Brasil” Frente Única Antifascista. São Paulo, 14/07/1933 (ABRAMO, 1984: 75-76).

seres humanos que o próprio capital financeiro levou ao desespero e a fúria”(TROTSKI, 1977: 152).

Ora, no Brasil, a possibilidade de um regime deste tipo não estaria determinada apenas por questões locais, mais acima de tudo pelo caráter internacional da economia capitalista e o aprofundamento da crise, que poderia ter conseqüências sobre a nossa economia e sobre as diversas classes sociais. Conforme Abramo:

“No Brasil, se bem esse fenômeno não resulte diretamente de condições objetivas locais, dado o atraso lamentável em que ainda se encontra o movimento operário, existem, entretanto, outro fatores bastante ponderáveis que nos levam a considerar, não só como provável mas como perfeitamente lógico, o triunfo de uma aventura fascista ou fascizante, senão forem tomadas medidas práticas em tempo para uma contra-ofensiva. E, verificada a existência desses fatores, entre os quais se encontra, em primeiro plano, o caráter mundial da economia capitalista, determinando, na situação de crise generalizada, a necessidade de uma política mundial correspondente, o baixo grau de organização da massa trabalhadora, diante da repercussão fenômeno em nosso país, só pode constituir um obstáculo à ação de resistência”.⁷

As formulações expressas no manifesto, mostram a sua aproximação com as análises feitas por Trotski, em particular com a sua teoria da revolução permanente, onde o autor ressalta a importância de se compreender a dinâmica do capitalismo em sua fase imperialista, como uma unidade mundial e não o somatório de economias nacionais:

“O marxismo procede da economia mundial, considerada não como simples adição de suas unidades nacionais, mas como uma poderosa realidade independente, criada pela divisão internacional do trabalho e pelo mercado mundial, que, em nossa época, domina do alto os mercados nacionais”. (TROTSKI, 1979: 4).

⁷ Idem. Pág. 76.

Além de sustentar que a situação internacional era um dos principais fatores que poderiam levar a constituição de um regime fascista no Brasil, o manifesto também aponta particularidades de nosso país que estariam contribuindo para o surgimento, deste fenômeno, dentre os quais ressalta a colaboração de consulados estrangeiros e da Igreja Católica :

“O fascismo conta, entre nós, não só com a oportunidade internacional que lhe favorece a expansão, como possui ainda o auxílio moral e material das agências consulares dos países fascistas e dos elementos fascistas estrangeiros que temos a desgraça de importar e que apóiam dentro de suas respectivas colônias. É o que explica o relativo êxito que vem tendo, em vários estados e no próprio coração da capital da República, a organização de bandos militarizados. Conta, além disso o fascismo brasileiro com um aliado natural, que o sustentará no momento preciso e que, por suas incontestável influência sobre as camadas retardatárias da população, torna ainda maior a gravidade do problema. Queremos nos referir-nos à Igreja Católica. [...] Como vemos, existem condições de ordem política, e mesmo material, a demonstrarem que não são de todo vãs as esperanças dos fascistas brasileiros. E é a consideração desses fatos que põe na ordem do dia, com mais força e oportunidade do que nunca, o problema da luta contra o fascismo”.⁸

Será diante desse quadro de crise econômica mundial, com seus reflexos em nosso país, combinada às dificuldades de organização do proletariado e diante de uma ameaça que já se mostrara na Europa como um grande perigo para as classes trabalhadoras, que o manifesto irá indicar a necessidade de construir uma frente única, mantendo-se a independência de seus participantes:

“Entre nós, onde a capacidade de resistência do proletariado revolucionário é ainda muito reduzida, a política de frente única se apresenta, por isso mesmo, como o único recurso de defesa. Esta verdade elementar foi compreendida, e ainda em tempo, por um grande número de organizações de São Paulo, que, sem abdicarem dos seus programas próprios e sem perda de sua autonomia e

⁸ Idem. Pág. 76.

liberdade de crítica, resolveram unir-se contra o inimigo comum, numa sólida Frente Única Antifascista”.⁹

O documento termina denunciando a centralização do poder, o cerceamento às liberdades fundamentais da humanidade, insegurança e a miséria que cria, além do convite à luta a todos os antifascistas, para barrar a ameaça às liberdades democráticas e a organização do movimento operário:

“O fascismo significa a miséria, a opressão, o espezinhamento das consciências. Começa por destruir todas as organizações do proletariado e acaba por se tornar o senhor absoluto, “integral”, que não respeita ideologias, que não admite divergências. Nem comunistas, nem socialistas, nem anarquistas, nem democratas, poderão existir sob o seu jugo. Fere e amordaça, esmaga e assassina. As escolas, as universidades, a imprensa, as instituições administrativas e científicas – tudo, sem exceção, obedece ao seu controle e domínio. Não existe garantia de qualquer espécie, nenhuma segurança se oferece aos cidadãos. [...] O fascismo é a morte certa para os que protestam e a volta à barbárie para os que ficam. Acima de quaisquer interesse de classe, ele é, essencialmente, desumano e anti-humano. É o problema da legítima defesa de todo um povo o que se coloca recentemente diante de nós. Lutar contra o fascismo é, no sentido mais literal, lutar pela própria existência”.¹⁰

Novamente aqui, observa-se a semelhança com as análises de Trotski, particularmente no que diz respeito à centralização do poder. No entanto, observe-se que, no documento de Trotski, é o capital financeiro a centralizar os poderes executivo, administrativo e educacional, destacando-se a importância de propaganda ideológica levada a cabo por este movimento através da educação; enquanto no documento dos integrantes da Liga, a denúncia da centralização do poder deixa implícito que se referem ao Estado, destacando o cerceamento da liberdade de expressão e manifestação e a cooptação das escolas, universidades, imprensa, instituições administrativas e científicas:

⁹ Idem. Pág. 77.

¹⁰ Idem. Pág. 78.

“Após a vitória do fascismo, o capital financeiro concentra nas suas mãos, como num torno de aço, todos os órgãos e instituições de soberania, os poderes executivo, administrativo e educacional do Estado: todo o aparelho de Estado juntamente com o exército, as municipalidades, as universidades, as escolas, a imprensa, os sindicatos e as cooperativas”. (TROTSKI, 1977: 152-153).

Esta aproximação entre as posições da FUA, impulsionada em grande parte pela LCI e as análises realizadas por Trotski, não eram casuais. Desde a constituição da Oposição Internacional de Esquerda em 1930, a Liga Comunista divulgava nos seus órgãos de imprensa: *A Luta de Classe* e no *Boletim da Oposição*, os principais textos escritos por Trotski, especialmente os dedicados à situação na Alemanha e a luta contra o fascismo. No entanto, observa-se que, mesmo seguindo estes passos, adapta-se as propositivas às características da realidade que vivenciavam, ou seja, a centralização do poder neste período entre a chegada de Vargas ao poder em 1930 e o golpe ditatorial sete anos após.

Com a publicação do jornal *O Homem Livre*, a FUA conseguiu-se maior amplitude social, além de expor as suas análises sobre o integralismo e a necessidade de construir uma frente comum contra o integralismo. No editorial de seu primeiro número, *O Homem Livre*, a Liga fará a sua caracterização do fenômeno integralismo no Brasil e as suas aproximações com o fascismo europeu:

“É contra o fascismo, cuja ideologia medieval hoje se apresenta com feições internacionalizantes, que é preciso lutar. É preciso mostrar diante dos desprevenidos, dos ingênuos e dos “hipnotizados”, o vazio da sua propaganda demagógica; os crimes incríveis que se praticam na Alemanha contra a liberdade e contra a humanidade;[...]Na Alemanha, o que ali ocorre todos nós estamos presenciando: a perseguição aos judeus, a volta a Idade Média com autos de fé, o trabalho forçado para as construção de estradas de rodagem[...] O programa do “*O Homem Livre*” é lutar pelos ideais democráticos, contra o fascismo. Para a imensa maioria a democracia ainda não faliu. Contra os “duce” e os “fuhrrer” que logo vão se reclamar do direito divino lutam todos os que não querem ver de novo sobre a terra as fogueiras da inquisição, o predomínio de castas privilegiadas e reescravização dos oprimidos”.¹¹

¹¹ “Contra o fascismo” (Editorial) *O Homem Livre*. 27/05/1933. Pág. 1. (CASTRO, 1999: 223-224)

Nas páginas de *O Homem Livre*, podemos acompanhar as análises dos trotskistas sobre a questão do integralismo e o caminho feito por eles para a constituição da FUA. No artigo intitulado “Na barafunda do fascismo brasileiro”, situam seu entendimento sobre o pensamento integralista, indicando possíveis aproximações com o pensamento fascista italiano e do integralismo português¹²:

“A característica do fascismo brasileiro é uma desoladora pobreza intelectual. O fato que Gustavo Barroso, presidente da Academia Brasileira de Letras, se tenha enrabichado por Plínio Salgado, em companhia de Ribeiro Couto, não muda a nossa constatação. Muito pelo contrário. O integralismo pliniesco não é senão uma remasticação muito pouco inteligente de algumas idéias do fascismo italiano e do integralismo português. Seu programa, hoje lançados nas livrarias, não contém uma única idéia original, não coloca um só problema com seriedade, nem mesmo em campo burguês”.¹³

Através das páginas de *O Homem Livre*, os trotskistas travarão um debate com o PCB acerca da questão do fascismo e da possibilidade de uma guerra contra a URSS. Os pecebistas entendiam ser a ameaça de guerra mais perigosa para o movimento operário do que a ascensão do fascismo em escala mundial: Consideravam ainda que o fascismo era um sintoma da gravidade da crise capitalista mundial e que esta estaria gestando uma guerra imperialista contra a União Soviética. Mais do que lutar contra o fascismo e contra a

¹² - Os debates sobre o teor do integralismo no Brasil têm como um de seus expoentes as teses de José Chasin que, em seu texto *O Integralismo de Plínio Salgado*, expõe a particularidade da via colonial brasileira que caracteriza como hiper-tardia e, neste contexto debate sobre o “fascismo” do integralismo no Brasil. CHASIN, José, *O Integralismo de Plínio Salgado, Forma de Regressividade no Capitalismo Hipertardio*. São Paulo, Edit. Ensaio, 2000.

¹³ “Na barafunda do fascismo brasileiro”. *O Homem Livre*. n.º 11. 14/08/1933. Pág. 1-2

guerra, os comunistas da IC deveriam se esforçar para que essa guerra imperialista se transformasse numa guerra civil revolucionária. (CASTRO, 1999: 132). Já os trotskistas entendiam que o inimigo principal era o fascismo e que as guerras eram o resultado da política do imperialismo:

“É sabido que a guerra imperialista é um efeito é uma consequência da luta pelo mercado, oriunda da contradição entre o modo de produção e a capacidade restrita do consumo, do mesmo modo que a crise que agora assume proporções catastróficas. [...] A tarefa urgente a que tem que se entregar apaixonadamente os que anseiam pela emancipação do proletariado, condição para a emancipação de toda a humanidade, á luta contra o fascismo, a avançada imunda da minoria opressora que visa destruir as condições em que é possível a luta por formas mais altas de civilização e liberdade”.¹⁴

Ao mesmo tempo em que as páginas de *O Homem Livre* travavam uma luta contra o integralismo, a FUA se colocava em movimento e, após o ato de seu lançamento em 25/06/1933, realizou-se, em 14/07/1933, um evento para comemorar a queda da bastilha, onde foi lançado o Manifesto. Após essas duas manifestações, verifica-se um período de inatividade o que pode ser entendido como um sinal de que a constituição desta Frente ainda carecia de consolidação para garantir a sua intervenção na luta contra o integralismo. Era necessário um maior engajamento das organizações que a compunham para garantir os seus objetivos. O jornal *O Homem Livre* n.º 14 de 12/09/1933, publicou uma declaração onde conclamava a participação efetiva das organizações no interior da FUA:

“Desde a grande manifestação de 14 de julho, a Frente Única Antifascista não aparece na cena política. Enquanto os fascistas se mobilizam, engrossando as suas fileiras, os antifascistas permanecem no marasmo. O povo precisa saber quem de fato quer

¹⁴ “Contra a guerra ou contra o fascismo” *O Homem Livre* n.º 18. 05/11/1933. Pág. 1.

lutar contra o fascismo. Nesse sentido “*O Homem Livre*”, devidamente autorizado pelo secretariado da FUA, receberá a confirmação daquele compromisso por parte das organizações faltosas”.¹⁵

¹⁵ “Quem quer lutar contra o fascismo? *O Homem Livre* n.º 14. 12/09/1933 Pág. 1.

A Liga Comunista emitiu ainda mais uma declaração publicada na edição n.º 15 de 23/09/1933, onde reafirmava o seu compromisso e conclamava as demais organizações a se posicionarem em relação à FUA:

“A Liga Comunista declara que não desertou nem desertará nunca da luta contra o fascismo e que está pronta a reiniciar desde já a atividade antifascista dentro da FUA e que tomaram, parte, perante as massas proletárias, um compromisso de honra de lutar em frente única contra a reação e o fascismo. As organizações que abandonaram o campo da luta antifascista e pelas liberdades democráticas deverão ser desmascaradas e denunciadas ao povo como organizações tapeadoras e desertoras. As bases sobre que se ergueu a FUA estão de pé. Na defesa dessas bases puramente democráticas, a Liga Comunista está mais de que nunca disposta a marchar de mãos dadas com as organizações proletárias e pequeno burguesas que queiram lutar”.¹⁶

Tal paralisia parecia mostrar que a organização carecia de maior coesão e amplitude. Em reuniões realizadas na primeira semana de novembro constitui-se a Coligação dos Sindicatos, entidade que aglutinava vários sindicatos organizados em uma frente comum, inclusive criando organismos de auto defesa, para se contrapor às violências praticadas pelos integralistas. Buscou-se também integrar o PCB à FUA. Para conseguir tal objetivo, seus integrantes mantiveram, em novembro de 1933, conversações com a direção do PCB, na pessoa de seu secretário regional Hermínio Sacchetta e, apesar das críticas feitas, sobretudo aos trotskistas, o PCB concordou em participar de manifestação conjunta no dia 14/01/1933. O ato realizado no “Salão Celso Garcia”, sede da Associação das Classes Laboriosas, contou com a participação de mais de mil pessoas.(ABRAMO, 1984: 22).

Os integralistas também compareceram com o intuito de dissolver a manifestação por meios violentos, empregando centenas de militantes. A polícia, por sua vez, segundo os relatos, nada fez para conter a atitude dos integralistas, passando inclusive a atirar contra os antifascistas quando estes saíam do local,

¹⁶ “Frente Única Antifascista. Organizações que respondem ao nosso apelo. Da Liga Comunista Internacionalista (Bolchevique-Leninista)” São Paulo, 15/09/1933, O Homem Livre n.º 15. Pág. 1.

ficando várias pessoas feridas e sendo prezas dezenas delas .(ABRAMO, 1984: 24).

A repercussão desta manifestação foi estampada na edição n.º 19 de *O Homem Livre* de 20/11/1933 onde, após fazer um relato dos acontecimentos, o jornal indica a necessidade de aprofundar as ações contra o integralismo:

“Operários, cidadãos, homens livres, protestai contra as violências exercidas contra os trabalhadores! Organizai-vos para a luta contra o fascismo! Antifascistas de todas as tendências, uni-vos para a ação comum contra o inimigo comum! Que toda agressão fascista corresponda imediatamente o corretivo necessário. Estaremos agindo em legítima defesa. Não recuar na luta! Organizando a nossa defesa, defenderemos ao mesmo tempo as liberdades de todos contra o fascismo que quer esmagá-las. Protestai contra prisão de 17 antifascistas, e manifestai a vossa solidariedade ao companheiro Agostinho Farina, ferido pela arma da reação!”¹⁷

Os integrantes da FUA, depois dessa primeira manifestação de violência integralista, passarão a defender os métodos de ação direta para conter a ação dos integralistas e da polícia, propondo a organização de grupos de auto defesa para enfrentar de igual para igual as ameaças integralistas.

Apesar da ameaça do confronto direto com os integralistas e a polícia, as atividades da FUA se ampliam com o estabelecimento da Coligação dos Sindicatos Operários de São Paulo. Participam dessa articulação, o Sindicato dos Empregados do Comércio, a União dos trabalhadores Gráficos de São Paulo, a Coligação das Associações Proletárias de Santos, representando 18 sindicatos e o Sindicato dos Contadores de São Paulo. (ABRAMO, 1984: 25).

“O que a Coligação dos Sindicatos pretende é lutar por uma legislação sindical eficiente, por novas leis sociais, pela gratuidade do ensino, pela nacionalização da terra, pelo sindicato único por indústria e autonomia sindical – lutar contra as organizações reacionárias, principalmente o integralismo. (CARONE, 1991: 158)

¹⁷ “A manifestação anti-integralista do dia 14 de Novembro” *O Homem Livre*, n.º 19, 20/11/1933, Pág. 1.

Assim organizados, passam a se contrapor às manifestações dos integralistas, de que é um exemplo, o episódio de 15 de dezembro de 1933. Sabedores de que uma manifestação integralista estaria marcada para esta data, os integrantes da FUA decidem marcar uma outra no mesmo dia. Importante notar que na convocatória desta manifestação da FUA aparecem pela primeira vez a assinatura não só do PCB, como de entidades dirigidas por eles como o Comitê Anti-Guerreiro de São Paulo. Ante isso, os integralistas desistem da sua manifestação, enquanto a Frente realiza o seu ato tranqüilamente.

A FUA aprofunda as suas formas de organização com a constituição de Grupos de Auto Defesa, conforme apelo publicado em 21 de outubro de 1933, em editorial do *O Homem Livre*. Na edição de 3 de janeiro de 1934, o órgão oficial da Frente publica um manifesto da Federação dos Grupos de Defesa da FUA e, após referir-se a vários atos de violência praticados pelos integralistas, decide que todo ato contra os antifascistas deve ser respondido da mesma forma. (ABRAMO, 1984: 28).

Assim, convoca uma manifestação antifascista para o dia 25 janeiro de 1934, data do aniversário das cidade de São Paulo, com o objetivo de homenagear os trabalhadores de todos os países que participaram da construção da cidade. Houve grande afluência ao ato, mas a forte repressão, com milicianos atacando os manifestantes, acaba por dividir o comando da manifestação, já que, naquela confusão o dirigente do P.S. Coronel Cabanas, dirige-se à Região Militar onde tenta, sem sucesso, autorização para realização do ato. Já um membro do PCB tenta iniciar a manifestação no que é impedido pela polícia. Estabeleces-se uma discussão sobre quem havia convocado o ato. O P.S. e o PCB se apresentam como os dirigentes, que na verdade havia sido convocada pela FUA, conforme convocatória publicada na edição n.º 21 de *O Homem Livre* de 03/01/1934.¹⁸

¹⁸ “Prepara-se para 25 de Janeiro uma grande manifestação antifascista” *O Homem Livre*, n.º 21, 03/01/1934. Pág. 1.

As divisões ocorridas durante a manifestação de 25 de janeiro de 1934 abrem uma crise na Frente. que serão explicitadas, na edição de n.º 22 d' *O Homem Livre* de 24/02/1934:

“É preciso considerar que a atitude do P.S., embora tão errada como a do P.C., ao declarar que o comício fora convocado por ele não constituía motivo de rompimento da frente única. Ficara estabelecido, na reunião preparatória que precedeu o comício, que todas as organizações aderentes tinham a liberdade de manifestar os seus princípios políticos, uma vez que respeitassem a própria razão de ser da frente única, que era a de combater o fascismo”.¹⁹

A manifestação de 25 de janeiro de 1934 também mostrou que havia uma crise com o PCB recentemente ingresso na Frente Única. Com base nos acontecimentos, o PCB aproveitou a oportunidade para retirar-se. No manifesto que fez circular, assinado em conjunto com o Comitê Anti-Guerreiro, o PCB cumpria as imposições do stalinismo internacional, estrangulado na contradição entre a política do “terceiro período”, que considerava possível e até inevitável a vitória de revoluções em todo o mundo, e a “necessidade de encontrar governos burgueses amigos da paz” para defender a URSS contra as ameaças nazi-fascistas. Esta “necessidade” fez com que os compromissos com as classes trabalhadoras fossem esquecidos em benefício de alianças com “burguesias nacionais progressistas”.²⁰(ABRAMO, 1984: 31).

A saída do PCB da FUA será analisada no mesmo jornal, à luz das teorias que, naquele momento, norteavam a ação da Internacional Comunista na luta contra o fascismo:

“A propósito dos manifestos recentemente publicados pelo “Comitê Anti-Guerreiro” e pelo P. C., (stalinista), com os quais essas organizações rompem com a Frente Única Antifascista fundada em São Paulo. Essas duas organizações não aderiram à FUA, quando do seu aparecimento em meio do ano passado. Alguns meses mais tarde, o “Comitê Anti-Guerreiro”, numa reviravolta inesperada, veio

¹⁹ “25 e 26 de Janeiro” *O Homem Livre*. n.º 22, 24/02/1934, Pág. 1.

²⁰ Trataremos dessa questão mais adiante, quando analisarmos a formação da Aliança Nacional Libertadora (ANL).

ao encontro da política da frente única, que se reanimou com essa iniciativa. Não demorou contudo que os objetivos suspeitados de stalinistas e “anti-guerreiristas”, se tornassem logo patentes. Eles sonhavam ampliar o raio de ação indesejável, levando para dentro da FUA, as suas teorias de capitulação, o seu “anti-guerreirismo” e o seu social-fascismo. Mas como um dos primeiros resultados da política de frente única é um rápido esclarecimento no que concerne à tática de luta, expondo-se a uma crua evidência os erros da política stalinizante, e desvanecendo-se logo as possibilidades da direção do movimento caber dos

partidários dessa política, “anti-guerreiristas” e stalinistas voltaram apressadamente à posição anterior, cobrindo na retirada, de injúrias e calúnias os dirigentes de diversas organizações da Frente-Única, justamente no momento em que muitos deles eram vítimas da mais brutal reação”.²¹

O PCB, influenciado pela política da IC, viverá nos anos 1933 a 1935, uma política de ziguezagues, alternando a política esquerdista do “social-fascismo” que impedia as alianças com outras forças políticas, com a política de “frentes-populares”, de cunho claramente reformista. Será esta situação que explicará as mudanças tão radicais em espaço tão curto de tempo. Primeiro, a recusa em participar da FUA; segundo, a adesão à Frente Única, buscando levar, para o seu interior, a sua política “social-fascista”, no terceiro movimento, ao perceber que a sua política não era aceita pela maioria dos componentes da FUA, o PCB rompe, retornando a sua posição inicial de seguir sozinho na luta contra o integralismo, considerando este como secundário à guerra imperialista.

Naquele momento o centro da discussão no interior das correntes que lutavam contra o integralismo era: Qual deve ser a prioridade neste momento? Lutar contra a guerra? Ou Lutar contra o fascismo? Esta pergunta apresentava duas posições distintas. Para o PCB, a questão central era impedir o início de uma guerra imperialista de agressão contra a URSS:

“Os acontecimentos na Áustria fazem estremecer o mundo capitalista. Na Europa já se mobilizam tropas nas fronteiras. O quadro horrível às vésperas da guerra de 1914 já se repete de forma ampliada. É a guerra. Essa guerra imperialista para a qual todos os países do mundo capitalista vêm-se se preparando há muito tempo. Uma fortuna fabulosa, incalculável, já foi arrancada do povo trabalhador para ela! [...] Eis o que é a guerra imperialista! A guerra para escravizar mais o povo, para esmagar a União soviética”.²²

Para os trotskistas da LCI, a guerra era uma manifestação sempre presente no sistema capitalista, em sua fase imperialista. Em sua opinião a questão central

²¹ “Coerência na deserção”. O Homem Livre. n.º 22, 24/02/1934, Pág. 1.

²² 1ª Conferência Nacional do PCB. (Julho de 1934). In: CARONE, Édgard. O PCB (1922-1943). São Paulo, Difusão Editorial, 1982, Pág. 164.

a ser enfrentada era o problema do fascismo. Esta polêmica com o PCB, já estava aberta desde o início das articulações visando a participação do PCB na FUA:

“Há quem pense ou procure fazer crer que a luta contra o fascismo deve estar ligada, obrigatoriamente, à luta contra a guerra. Vale a pena desmanchar esta ilusão. Guerra e fascismo são dois fenômenos inteiramente diversos e independentes, podendo existir em tempos diferentes e separadamente um do outro. Nem o fascismo engendra a guerra, nem a guerra engendra o fascismo como se tem dito por aí. Como então colocar a questão? Como se apresenta ela na realidade, na dinâmica dos acontecimentos e como deve ser encarada? Na realidade, temos visto, no curso de toda a história, que tem havido guerras sem fascismo e tem havido fascismo sem guerras. A grande guerra de 1914-1918, por exemplo, não resultou de uma política fascista, pois que nessa época nem mesmo em teoria existia o fascismo. Por outro lado, a Itália fascista, durante todo um período de doze anos, ainda não teve uma guerra. [...] Que é, pois a guerra. E o que é o fascismo? A guerra é uma reação orgânica inevitável sob qualquer forma de dominação política da burguesia. Ela corresponde, mais diretamente ao capitalismo como sistema econômico, como um modo de produção. [...] Já o fascismo não é inerente ao desenvolvimento do capitalismo como modo de produção. Este pode desenvolver-se, como se desenvolveu até hoje, em pleno regime de democracia. [...] O fascismo surge quando a burguesia já esgotou todos os seus meios policiais normais de manter a ordem na sociedade, [...] a burguesia só recorre ao fascismo quando o proletariado se torna, como classe fortemente organizada, um perigo eminente para a sua dominação”.²³

Esta discussão sobre a questão da guerra e do fascismo, será motivo de intensos debates entre a direção da Internacional Comunista e a Oposição de Esquerda Internacional. Nos seus escritos sobre a situação alemã Trotski prognosticou, em 1931, o resultado da vitória do fascismo na Alemanha e as conseqüências que este fato projetaria na conjuntura internacional, prevendo inclusive que a ascensão do fascismo levaria a uma nova guerra imperialista de graves conseqüências:

²³ “Guerra e Fascismo”. O homem Livre. n.º 22, 24/02/1934. Pág. 3.

“A vitória do fascismo na Alemanha significará uma ruptura no desenvolvimento da tradição revolucionária, o desmoronamento da I. C., o triunfo do imperialismo mundial nos seus aspectos mais odiosos e mais sanguinários.[...] A vitória do fascismo na Alemanha determinará inevitavelmente uma guerra contra a URSS. Seria uma verdadeira estupidez política pensar-se que os nacional-socialistas alemães, chegando ao poder, começassem por declarar guerra à França ou, pelo menos, à Polônia. Mas se Hitler chega ao poder, se esmaga em seguida a vanguarda proletária alemã, se pulveriza e desmoraliza por muitos anos o proletariado em conjunto, o governo fascista será o único capaz de fazer guerra à URSS. [...] Numa empreitada dessas, o governo de Hitler não seria senão o órgão executivo de todo o capitalismo mundial. [...]O esmagamento do proletariado alemão pelo fascismo, por si só, comportará, pelo menos, um semi desmoronamento da República dos Sovietes”. (TROTSKI, 1977: 32-33).

Portanto a Oposição de Esquerda Internacional e a Liga Comunista no Brasil, faziam o raciocínio inverso ao da Internacional Comunista e do PCB. O fascismo não era uma manifestação da política guerreira do imperialismo. Ao contrário, a guerra aconteceria, como de fato aconteceu, como conseqüência da chegada ao poder do nazismo, que com sua política, conseguiu derrotar esmagar o proletariado alemão, podendo assim passar a reerguer a economia e rearmar a Alemanha para no momento seguinte, tentar retomar pelas armas, as posições perdidas no mercado mundial.

As divergências no interior da FUA tiveram repercussões no seu desenvolvimento. Pressionado pelas dificuldades financeiras, que são uma constante no Brasil, na história das publicações de caráter cultural, artístico e político e com seus principais redatores assoberbados pela acumulação de tarefas, quando não estavam presos, boicotado pelos que tinham como um estorvo à sua política, *O Homem Livre* teve de suspender a sua publicação. Seu último número foi o 22 que trazia matérias sobre a manifestação de 25/01/1934 e a discussão da ruptura do PCB com a FUA.(ABRAMO, 1984: 32).

Em março de 1934, diante do avanço do integralismo pelo país e o avanço do governo sobre os sindicatos, através da nova legislação sindical, a FUA e a Coligação dos Sindicatos, decidem manifestar seu repúdio a esta situação,

marcam um ato de 1º de maio, para aglutinar o movimento operário. No dia 1º de maio de 1934, mais de três mil pessoas se reuniram no pátio do palácio das indústrias, no parque D. Pedro II.

O ato foi aberto pelo operário trotskista Antunes, ferroviário da Central do Brasil: Este reafirmou o princípio que norteava a política de Frente Única Antifascista, segundo o qual o afastamento do perigo fascista, em qualquer país, só poderia ser alcançado sob a direção do proletariado como classe, independentemente da caracterização partidária de seus componentes. Reafirmou ainda que o interesse na defesa das conquistas até então obtidas pelos trabalhadores era de todos, uma vez que o papel do fascismo, o integralismo no plano nacional, era o de aniquilar essas conquistas para amenizar, a custo do sacrifício e da exploração das massas, a crise mortal em que se encontrava o capitalismo; a renúncia à defesa dos interesses do proletariado, para favorecer a aliança com a burguesia nacional em troca de um alinhamento desta luta contra o imperialismo, tal como era defendida pelo PCB e seu apêndice, o Comitê Anti-Guerreiro, era nada mais que uma traição aos interesses do proletariado. (ABRAMO, 1984: 34).

Alem do representante trotskista, falaram no ato os representantes de vários sindicatos, como o dos profissionais do volante, tecelões, barbeiros, empregados de hotéis, ferroviários, comerciários, gráficos, bancários, além de representantes do Partido Socialista Brasileiro e da Liga Comunista Internacionalista. A tônica do ato na palavra de todos os oradores, foi o da luta antifascista e da defesa da independência das organizações operárias.

O ano de 1934 marcou a escalada dos conflitos de rua entre os integralistas e o movimento operário. O integralismo crescia a olhos vistos, ameaçando as liberdades democráticas, tentando intimidar os trabalhadores, com os seus desfiles e suas agressões às manifestações operárias. As divisões entre os trabalhadores, a crise da FUA, com a ruptura do PCB, contribuía para alimentar as atividades integralistas.

O auge desse confronto se deu com a notícia de que os integralistas fariam um desfile no dia 7 de outubro na Praça da Sé. A demonstração ao melhor estilo

fascista, no centro da capital de São Paulo, foi vista pela FUA como uma perigosa provocação, que merecia uma resposta a altura. Imediatamente seus dirigentes se reúnem e decidem que era necessário impedir a manifestação integralista. Segundo Carone: A experiência da época cujos exemplos pululam na Europa e na Ásia mostra que à violência do fascismo seria preciso responder com a violência revolucionária da esquerda. Daí ser necessário não permitir, de qualquer maneira, ato público integralista. É o que se acaba sendo feito em 1934 e nos anos posteriores até 1937.(CARONE, 1991: 161).

Decididos a impedir a concentração integralista, a FUA procura a adesão de outras forças, em especial, do PCB que acaba por aderir à proposta de se realizar uma outra contra manifestação na mesmo dia, local e hora

Inicialmente os dirigentes da Frente buscam uma autorização para realização de sua manifestação. Diante da recusa das autoridades decidem passar à ocupação da praça, contando com a ajuda de vários militares antifascistas. Dividiram-se os espaços a serem ocupados entre as diversas correntes do movimento: trotskistas, pecebistas, anarquistas e tenentistas.

Os integralistas, mais uma vez sabedores das intenções da FUA, procuram mudar o itinerário de sua manifestação, embora contassem com o apoio da polícia.

No dia 7 de outubro de 1934 o palco estava definitivamente armado. Cerca de dez mil integralistas tentam ocupar a Praça da Sé, da mesma forma que os militantes da Frente. Tiros são disparados, além de se iniciar um intenso confronto que oponha de um lado os integralistas, apoiados pelas forças policiais e de outro os antifascistas. Os confrontos armados se estendem por cerca de quatro horas, das 13 às 17 horas. O número de mortos e feridos é grande e incerto, mas os antifascistas conseguem impedir a manifestação de seus opositores. O episódio entrou para a história como a “Batalha da Praça da Sé”, e marcou um aprofundamento na luta contra o integralismo. Também foi descrito como “Quatro horas de ditadura do proletariado” (ABRAMO, 1984: 64).

A experiência da FUA foi um dos empreendimentos mais importantes levado a cabo pelos trotskistas da Liga Comunista. Ao conseguir aglutinar as

diversas correntes do movimento operário, pecebistas, socialistas, anarquistas, tenentistas, além dos próprios trotskistas, visando combater o integralismo, mostrou ser possível coibir manifestações do integralismo, evitando-se experiências como as da Itália e na Alemanha. Após o episódio de 07 de outubro de 1934, a Frente entrou em um processo de esvaziamento e declínio definitivo. Para isso contribuiu, sem dúvida o PCB que rompeu a aliança em função das mudanças que estavam ocorrendo em sua linha política, onde a Internacional Comunista passava por uma transição, sendo a política do “terceiro período” paulatinamente abandonada, dando lugar a nova política das chamadas “frentes populares”.

Nesta nova política, o PCB decide abandonar a constituição de uma frente única operária, optando por construir organismos de caráter mais amplo, que agrupassem, além do proletariado, setores das classes médias e até setores da burguesia, na opinião dos trotskistas:

“Os stalinistas, tomando uma posição cada vez mais oportunista, dissolveram a frente única num amálgama confuso, abrangendo todos os terrenos e todos os objetivos do movimento operário, com a criação da Comissão Jurídica e Popular de Inquérito, à base de adesões individuais e procurando lançar mão do prestígio de certos nomes burgueses de destaque.[...] Desta vez a iniciativa de frente única por parte dos stalinistas ainda tinha menos razão de ser, em face de sua política de apoio à “Aliança Nacional Libertadora”. Se eles fazem uma aliança orgânica com elementos da burguesia, abandonando o seu programa por um programa nacionalista aceitável para estes elementos, a frente única está substituída com isso pela fusão, por uma fusão em bases muito elásticas, suprimindo o princípio marxista da luta de classes para abranger também a burguesia nacional”.²⁴

A mudança empreendida pelo PCB e o seu engajamento na construção da Aliança Nacional Libertadora (ANL), marcarão uma mudança profunda na política desse partido.

²⁴ “O Fracasso da política de frente única e os responsáveis por ele”. *O Proletário*. nº 1. Maio de 1935. Pág. 5-6. (ABRAMO, 1984: 85-86)

BIBLIOGRAFIA

ABRAMO, Fúlvio. *Frente única antifascista*. São Paulo, Cadernos CEMAP, ano 1, n.º 1, 1984.

_____. “Minha vida e a luta pelo socialismo no Brasil”. In: *Estudos* n.º 36, Revista do Centro de Estudos do Terceiro Mundo FFLCH-USP, São Paulo, CODAC-USP, 1993.

_____. “60 anos de luta pelo socialismo”. In: *Teoria & Debate* n.º 1, São Paulo, 1987.

CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. *“Tempos de viver”: Dissidentes comunistas em São Paulo(1931-1936)*. Tese Livre Docência. Mimeo Unesp. Franca. 1998.

CARONE, Edgard. *A Segunda República*. São Paulo, Difel, 1973.

_____. *Revoluções no Brasil contemporâneo*. 2. ed. São Paulo, Difel, 1975.

_____. *A República Nova (1930-1937)*. 2. ed. São Paulo, Difel, 1976.

_____. *Movimento operário no Brasil (1877-1944)*. São Paulo, Difel, 1979.

_____. *O PCB (1922-1943)*. São Paulo, Difel, 1982.

_____. *Brasil anos de crise (1930-1945)*. São Paulo, Ática, 1991.

_____. *O Tenentismo*. São Paulo, Difel, 1975.

_____. *A Primeira República*. São Paulo, Difel, 1973.

_____. *A República Velha*. Vol. 1 Instituições e classes sociais. São Paulo, Difel, 1975.

_____. *A República Velha*. Vol. 2 Evolução Política. São Paulo, Difel, 1977.

CASTRO, Ricardo Figueiredo. *A Oposição de Esquerda Brasileira (1928-1934): teoria e práxis*. Dissertação de Mestrado, História, UFF, 1993.

_____. *Contra a Guerra ou Contra o Fascismo: as esquerdas brasileiras e o antifascismo, 1933-1935*. Tese de Doutorado, História, UFF, 1999.

_____. “As Esquerdas e o processo constituinte brasileiro de 1933-1934: Projeto e ação política”. In: *História Social*. Revista do Programa de pós-graduação em História do IFCH-UNICAMP, n.º 2, Campinas, 1995.

_____. “Os Intelectuais Trotskistas nos anos 30”. In: *Intelectuais, História e Política (séculos XIX e XX)* 7 Letras, Rio de Janeiro, 2000.

COGGIOLA, Osvaldo. *O Trotskismo na América latina*. São Paulo, Brasiliense, 1984.

DASSU, Marta. “Frente única e frente popular: O VII Congresso da Internacional Comunista”. In: *História do marxismo*, vol. VI, p. 293-336. São Paulo, Editora Paz e Terra, 1985.

DULLES, John W. Foster. *Anarquistas e comunistas no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1977.

_____. *O comunismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.

FERREIRA, Pedro Roberto. *O conceito de revolução na esquerda brasileira (1920-1946)*. Doutorado PUC-SP, São Paulo, 1993.

GOMES, Angela de Castro et al. (org.). *Velhos militantes – Depoimentos*. Rio de Janeiro, Zahar, 1988.

IANONI, Marcus. *O PCB e a revolução brasileira*. São Paulo, PUC-SP, Mestrado, Mimeo, 1991.

KAREPOVS, Dainis, MARQUES, José Castilho Neto, LÖWY, Michael. “Trotski e o Brasil”. In: *História do Marxismo no Brasil*. Vol. 2. Campinas, Editora da UNICAMP, 1995.

LEVINE, Robert M. *O Regime de Vargas. Os anos críticos (1934-1938)*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.

LIMA, Wilson Almeida. *Oposição de Esquerda e Trotskismo no Brasil (1930-1952)* Revista do Centro de Estudos do Terceiro Mundo, n.º 6, p. 5-15, São Paulo, dezembro 1986.

LÖWY, Michael. *O Marxismo na América Latina. Uma antologia de 1909 aos nossos dias*. São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

MARX, Karl, ENGELS, F. *Obras Escolhidas* 3 vls. São Paulo, Alfa-Omega, 1979.

PEREIRA, Astrogildo. *Formação do PCB*. São Paulo, Alfa-Omega, 1979.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Política e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

_____. *Estratégias da ilusão (A revolução mundial e o Brasil – 1922-1935)*. São Paulo, Cia. Das Letras, 1991.

POULANTZAS, Nicos. *Fascismo e Ditadura*. São Paulo, Martins Fontes, 1978.

PRESTES, Anita Leocadia. *Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora*. Petrópolis, Editora Vozes Ltda. 1997.

_____. *Tenentismo Pós-30. Continuidade ou Ruptura ?* São Paulo, Paz e Terra, 1999.

“QUINTO CONGRESSO DA INTERNACIONAL COMUNISTA 1924”. In: *Cuadernos de Pasado y Presente*, Siglo XXI Argentina Editores S/A, 1975.

RODRIGUES, Leôncio Martins. “O PCB: OS DIRIGENTES E A ORGANIZAÇÃO”. In: *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano*. Vol. 3 Sociedade e Política (1930-1964). Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil S/A, 1991.

ROIO, Marcos del. *A classe operária na revolução burguesa – a política de alianças do PCB: 1928-1935*. Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990.

SEGATTO, José Antônio. *Breve história do PCB*. São Paulo, Ciências Humanas, 1981.

TRINDADE, Hélió. *INTEGRALISMO (o fascismo brasileiro na década de 30)* São PAULO, Difusão Européia do Livro, 1974.

TROTSKI, Leon. *Escritos*. 26 vols. Editorial Pluma, Bogotá, 1977.

_____. *Revolução e contra-revolução na Alemanha*. São Paulo, LECH, 1979.

_____. *A Revolução Permanente*. 2. ed. São Paulo, Kairós, 1985.